

Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina¹

Gracieda dos Santos Araújo

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) (IPPRI/UNESP)
e-mail: gracyeda@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo aborda as conquistas da agricultura familiar no Brasil e na Argentina nos últimos dez anos, a partir da experiência vivida pela autora durante intercâmbio realizado na Argentina. Faz-se uma análise dos avanços conquistados em ambos os países, tendo em vista a defesa da soberania alimentar como paradigma de desenvolvimento para o continente latino-americano. As discussões estabelecidas trazem à luz contribuições de teóricos como Fernandes (2015), Stédile e Carvalho (2012), Teubal (2008) e de representantes do movimento campesino MOCASE, bem como impressões feitas das observações e vivências junto a programas governamentais desenvolvidos pelo governo argentino, a exemplo do INTA, e pelas universidades de Santiago del Estero (UNSE) e La Plata (UNLP). Entende-se que a defesa das políticas públicas para a agricultura familiar/camponesa é extremamente necessária à soberania e desenvolvimento do continente latino-americano; uma questão crucial e desafiadora no contexto de retomada das forças conservadoras, no centro dos governos do Brasil pós-impeachment da Presidente Dilma Rousseff e de eleição do presidente Mauricio Macri na Argentina.

Palavras-chave: Soberania; segurança alimentar; políticas públicas; Brasil; Argentina.

Soberanía alimentaria y políticas públicas para la agricultura familiar en América Latina: el caso de Brasil y Argentina

Resumen

Este artículo aborda los logros de la agricultura familiar en Brasil y Argentina, en los últimos diez años, a partir de la experiencia vivida por la autora, durante intercambio realizado en Argentina. Se hace un análisis de los avances conquistados en ambos países, teniendo en cuenta la defensa de la soberanía alimentar como paradigma de desarrollo para el continente latinoamericano. Las discusiones establecidas traen a la luz aportaciones de teóricos como Fernandes (2015), Stédile e Carvalho (2012), Teubal (2008) y representantes del movimiento campesino MOCASE, así como impresiones de las observaciones y vivencias junto a programas gubernamentales, desarrollados por el gobierno argentino, como por ejemplo el INTA, y por las universidades de Santiago del Estero (UNSE) y La Plata (UNLP). Se entiende que la defensa de las políticas públicas para la agricultura familiar/camponesa es de extremadamente necesaria a la soberanía y desarrollo del continente latino-americano; una cuestión crucial y desafiadora en el contexto de la retomada de las fuerzas conservadoras en el centro de los gobiernos de Brasil post-impeachment de la Presidenta Dilma Rousseff y elección del presidente Mauricio Macri, en Argentina.

¹ O conteúdo apresentado nesse artigo é resultado de um intercâmbio realizado na Argentina, no ano de 2015, pelo Programa TerritoriAL/UNESP - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI, cujo intercâmbio foi financiado pelo Projeto Rede SSAN - UNASUL.

Palabras-clave: Soberanía; Seguridad alimentaria; Políticas públicas; Brasil; Argentina.

Food sovereignty and public policies for family farming in Latin America: the case of Brazil and Argentina

Abstract

This article discusses the achievements of family farming in Brazil and Argentina in the last ten years, from the lived experience of the author during the exchange in Argentina. It makes an analysis of the advances made in both countries with a view to the defense of food sovereignty as a development paradigm for the Latin American continent. The established discussions bring to light the contributions of theoretical like Fernandes (2015), Stedile and Carvalho (2012), Teubal (2008) and representatives of the MOCASE campesino movement and prints made of the observations and experiences with government programs developed by the Argentine government, for example the INTA and the universities of Santiago del Estero (UNSE) and La Plata (UNLP). It is understood that the defense of public policies for family farming / peasant is extremely necessary for the sovereignty and development of the Latin American continent; a crucial and challenging issue in the context of the conservative forces in the center of the post-impeachment government of the President Dilma Rousseff in Brazil and election of President Mauricio Macri in Argentina.

Key words: Sovereignty; food security; public policies; Brazil; Argentina.

Introdução

Este artigo é o resultado de uma experiência de intercâmbio em país da América Latina, desenvolvido através do Programa TerritoriAL/UNESP (edital 02/2014 - Soberania alimentar e nutricional). As atividades, ocorridas na Argentina entre os dias 30 de junho a 17 de julho de 2015, foram financiadas pelo Projeto SSAN-Unasul, em convênio com a UNESP, e contaram com o apoio e parceria da Universidad Nacional de Santiago del Estero – UNSE, Universidad Nacional de La Plata - UNLP e do Movimiento Campesino de Santiago del Estero MOCASE-VC e Universidad Campesina –UNICAM Suri.

O intercâmbio teve como objetivo aprofundar questões estudadas e debatidas, acerca da temática do desenvolvimento territorial rural e da soberania e segurança alimentar dos povos, ao longo das disciplinas do curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP), turma 02, do qual a autora foi aluna. Tudo isso com o intuito de agregar ao processo educativo/formativo outros elementos, necessários à formação de uma visão mais ampla das questões continentais, do pensamento crítico-reflexivo e de melhor contribuir para os processos de transformação social, no continente latino-americano, partindo do contexto das lutas dos povos do campo.

O Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe faz parte do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP), desenvolvido através do convênio com a Escola Nacional Florestan

Fernandes - ENFF e parceria com a Via Campesina e o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

O Programa TerritoriAL-UNESP, inaugurado em 2013, está voltado para a formação de pessoas oriundas dos territórios camponeses, quilombolas, indígenas ou de outras populações tradicionais e daqueles que atuam para o desenvolvimento dessas comunidades. Em seu objetivo, o mesmo visa contribuir com a construção do conhecimento e com a elaboração de políticas públicas que viabilizem condições necessárias para a vida digna. As pesquisas do TerritoriAL objetivam o desenvolvimento numa perspectiva multidimensional, sendo organizado a partir das seguintes linhas: *Campesinato, Capitalismo e Tecnologias; Ambiente, Sustentabilidade e Território; Educação, Saúde e Cultura*.

A propósito, a escolha da Argentina como país para realização da missão de trabalho/estudo também se justifica pelo acúmulo de lutas e organização dos movimentos camponeses e indígenas neste país, como é o caso do MOCASE -VC. Para a concretização dos objetivos da missão, adotou-se uma metodologia baseada nas seguintes dimensões: a) Construção de base informacional - conhecimento da realidade do campo argentino e a trajetória do MOCASE-VC, mediante a realização de estudos, participação em eventos, entrevistas, dentre outros; b) Visitas de campo - realização de visitas a unidades de produção familiar de base agroecológica; conhecimento das formas de inserção aos mercados; c) participação em feiras livres; colaboração em atividades sociais e produtivas; b) Socialização de experiência – troca de informações acerca das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil; relato de experiência de cooperação econômica entre camponeses brasileiros, com ênfase ao cooperativismo de crédito rural solidário.

O texto está organizado com base na seguinte ordem de discussão: Agricultura, soberania e segurança alimentar na América Latina, onde se faz uma breve introdução teórica da temática central deste artigo; Análise sobre a estruturação político-organizacional da agricultura familiar dos governos brasileiro e argentino, trazendo contribuições a partir dos trabalhos de campo na Argentina; na sequência discute-se as contribuições do MOCASE-VC ao debate acerca da Soberania e segurança alimentar na Argentina e o papel estratégico da Universidade para o fortalecimento das políticas de soberania alimentar e nutricional, a partir da experiência da UNLP. As discussões estabelecidas partem do princípio de que o tema da soberania e segurança alimentar é extremamente importante no contexto de avanço da Agricultura Industrial, em todo o mundo, o qual tem sido responsável por causar destruição dos ecossistemas, aumento da pobreza e desigualdade social.

A defesa das políticas públicas para a agricultura familiar camponesa, conquistadas pela força da organização dos movimentos sociais do campo, representa uma questão crucial, decisiva à soberania e desenvolvimento do continente Latino Americano, contra o

retrocesso sinalizado pelo retorno das forças conservadoras ao centro dos governos brasileiro e argentino.

Agricultura, soberania e segurança alimentar na América Latina

No atual contexto de avanços do capitalismo no campo, favorecido pelas políticas neoliberais nos anos 1990 (TEUBAL, 2008), vive-se um novo momento histórico de conflitos territoriais, os quais têm desencadeado processos de resistência e de luta contra-hegemônica em todo o continente Latino Americano (BATISTA, 2013). O modelo de Agricultura industrial tem sido responsável por destruir e fragilizar os ecossistemas, provocando redução na agrobiodiversidade e na base alimentar humana, além de debilitar os mercados locais e os sistemas de produção campestre, contribuindo para o crescimento da pobreza. Diante dessa questão, o tema da soberania alimentar apresenta-se como um projeto social, em oposição à barbárie que representa o paradigma do capitalismo e os sistemas agroalimentares atuais desse sistema.

Conforme Stédile e Carvalho (2012, p. 715), o conceito de soberania alimentar traz uma dimensão política mais ampla do que a segurança alimentar, pois esta parte do princípio de que “para ser soberano, e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos”. Segundo os referidos autores, já no início do século XX José Martí advertia o povo latino-americano a respeito da necessidade da produção dos alimentos para não cair na dependência do capital externo. Para o mesmo, “um povo que não consegue produzir o seu próprio alimento é um povo escravo. Escravo e dependente do outro país que lhe oferece as condições de sobrevivência” (STEDILE e CARVALHO 2012, p. 720).

Ao discutir o conceito de soberania alimentar, Fernandes (2015) destaca que no agronegócio se defende a questão da segurança alimentar enquanto política compensatória, através da qual se busca suprir de alimentos industrializados as populações pobres, não havendo nenhum comprometimento com processos de autonomia e emancipação dos povos. Assim, a soberania alimentar vem se constituindo como território do campesinato, na luta por políticas públicas, na discussão democrática sobre o direito de escolher o quê produzir, onde e como produzir o próprio alimento.

Nessa perspectiva, o direito e a autonomia na produção do alimento implica o acesso à terra, logo, “soberania alimentar está associada a uma importante questão territorial, que é a reforma agrária”, o que transforma o próprio alimento em território em disputa (FERNANDES, 2015, p. 47). Ainda para Fernandes (2015, p. 45), “soberania alimentar só pode ser política de governos democráticos que não estejam vendidos às

corporações nacionais e transnacionais. Estas corporações colocam seus interesses acima dos interesses da sociedade e transformam os alimentos em mercadoria”.

Com base nas declarações da FAO (2014), a agricultura familiar passa a ser considerada um setor chave no processo de erradicação da fome e para a transição, rumo à consolidação de sistemas agrícolas mais sustentáveis social e ambientalmente, não só na América Latina e no Caribe, mas para o mundo. Partindo dessa perspectiva, defendida pela FAO, a segurança e soberania alimentar passam a ser defendidos como proposta chave pela Via Campesina.

Nesse sentido, conforme (ALTIERI, 2012), para a Via Campesina a proteção e defesa do meio ambiente, a segurança e soberania alimentar, bem como o sustento e emprego, perpassa pela existência de um sistema de produção que esteja sob o domínio dos pequenos agricultores, não podendo ser uma atividade controlada pelas grandes corporações agroindustriais ou das redes de supermercados.

A estruturação político-organizacional da agricultura familiar dos governos brasileiro e argentino

Nas últimas décadas, os governos do Brasil e da Argentina têm dado à agricultura familiar uma renovada e crescente atenção, conferindo ao setor um papel protagonista no que se refere à promoção do desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade. Na Argentina, tal fato se verifica na materialização de eventos como a criação do Fórum Nacional da Agricultura Familiar (FONAF), em 2006; a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar da Nação, em 2008, por meio do decreto Presidencial Nº 571/08 (PAZ e GUTIÉRREZ, 2014) e a criação da Lei de Agricultura Familiar 27.118², em processo de regulamentação.

Da mesma forma como tem acontecido no Brasil, a atuação dos movimentos sociais argentinos tem sido um elemento decisivo ao processo de reconhecimento da agricultura familiar, enquanto setor estratégico na construção do desenvolvimento com sustentabilidade para o país. Para isso, as mesas de diálogo entre governo e sociedade civil, o FONAF, os Fóruns Provinciais da Agricultura Familiar (FONAFs) apresentam-se como espaços estratégicos de diálogo permanente entre governo e sociedade, que fortalecem a democracia participativa.

No contexto de organização sócio-política da agricultura familiar camponesa, o Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) é concebido como o movimento

² Lei 27.118, art. 1º “declara-se de interes público la Agricultura Familiar, su contribución a la seguridad y soberanía alimentaria del pueblo, por practicar y promover sistemas de vida y de producción que prservan la biodiversidad y procesos sostenibles de transformación productiva”.

camponês de maior expressão no cenário argentino. Trata-se de um movimento político e social de luta pela permanência na terra, criado em 04 de agosto de 1990, em Quimilí, sob o lema *campesinos y campesinas unidos por la tierra y la justicia*. Atualmente, o movimento está dividido em MOCASE Vía Campesina e MOCASE, cuja ruptura ocorre em 2001 em consequência de divergências internas. O MOCASE VC – faz parte da Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) e Via Campesina Internacional com participação e luta em espaços como a FAO/ Nações unidas. O MOCASE, por sua vez, atua com o apoio do Programa Social Agropecuário e a Subsecretaria de Agricultura Familiar da Nação, instancia política que compõe a Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul (JARA, 2004).

No caso do Brasil, a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, programa ampliado a partir de 2004 (BUAINAIN, 2006) e, posteriormente, a promulgação da Lei 11.326, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, conferiu ao país uma posição referencial no âmbito da criação de políticas públicas para a agricultura familiar, entre o conjunto de países do Mercado Comum do Sul –Mercosul (PAZ e GUTIÉRREZ, 2014). Assim,

Por medio de sus Ministerios de Relaciones Exteriores y de Desarrollo Agrario, promovió un espacio político para insertar en el Mercosur la especificidad de la agricultura familiar. Ese espacio fue la Reunión Especializada de Agricultura Familiar (REAF) creada en Buenos Aires en Junio de 2004 (PAZ e GUTIÉRREZ, 2014, p. 24).

Observa-se que a criação de políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina coincide com o período de redemocratização de um conjunto de países (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Nicarágua, Equador, Bolívia), a partir dos anos 1990-1995, com a emergência de governos mais favoráveis às classes populares e corresponde a uma onda de reivindicações dos movimentos sociais do campo (SABOURIN, 2014). Por outro lado, o aumento da demanda dos alimentos e dos preços dos produtos agrícolas na década de 2000 foi fator decisivo para a formulação de políticas públicas favoráveis à agricultura em geral e, em particular, à agricultura familiar. Nesse sentido, a crise do mercado de grãos (2007 - 2008) faz a agricultura recuperar a sua importância para garantir a segurança alimentar e contribuir para a sustentação da balança comercial dos Estados (SABOURIN, 2014).

No Brasil, sobretudo nos governos Lula e Dilma Rousseff, a agricultura familiar passou a exercer um papel fundamental para o desenvolvimento social e o crescimento equilibrado do país, sendo considerada de grande relevância à geração e distribuição de renda, a criação de emprego e, conseqüentemente, na diminuição dos fluxos migratórios das populações do campo.

No âmbito político-governamental, a agricultura familiar brasileira tem como organismo responsável o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do qual são competências: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Extraordinariamente, exerce também competências relativas à regularização fundiária na Amazônia conforme disposto na Lei nº 11.952/09. O MDA foi instituído em 2000 pelo Decreto nº 3.338/2000, depois revogado pelo Decreto nº 4.723/03, que definiu suas competências. Assim, o MDA tem como missão promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Visão: Ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida; mais humano, com inclusão produtiva e social e respeito ao meio ambiente³.

São componentes do MDA: a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), a Secretaria do Reordenamento Agrário (SRA) e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL)⁴. A SAF/MDA, enquanto instancia destinada exclusivamente ao setor da agricultura familiar, tem como missão consolidar o conjunto da agricultura familiar de modo a promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade. São princípios da SAF atuar de forma participativa, descentralizada e articulada com os Estados, Municípios e a sociedade civil organizada. Um dos eixos orientadores das ações desta secretaria trata-se da Segurança e soberania alimentar, a partir do qual se busca valorizar e organizar a oferta de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Programas e projetos executados pela SAF/MDA: Crédito; Proteção da Produção; Comercialização; Assistência Técnica e Extensão Rural; Acesso à Terra, Regularização Fundiária e Reforma Agrária; Agroecologia e Produção Orgânica; Biodiesel; Mulheres rurais; Povos e Comunidades Tradicionais; Moda, Cultura, Turismo Rural e Educação. Além da SAF, ações voltadas ao tema da soberania e segurança alimentar também aparecem

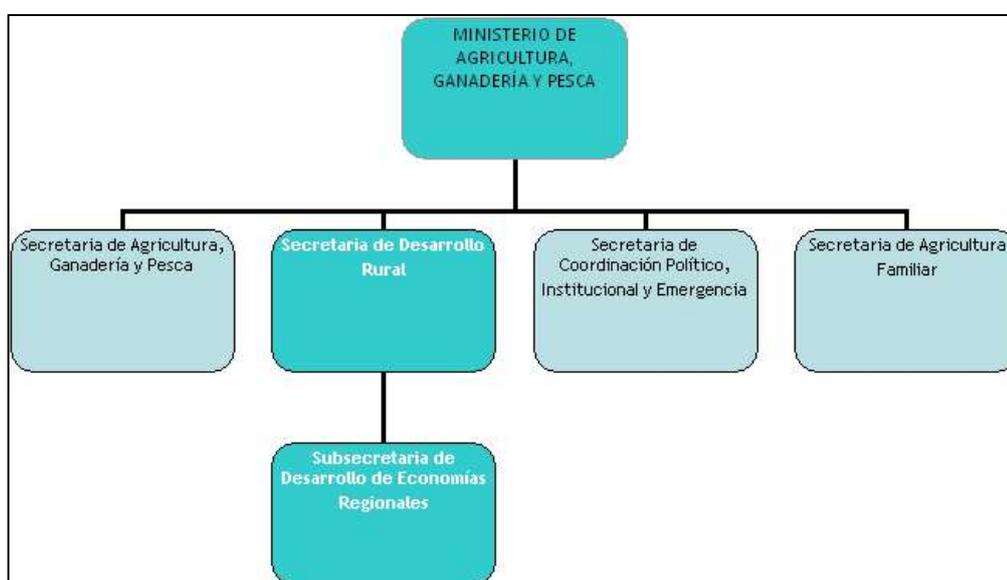
³ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 28 ago. 2015.

⁴ Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/organograma>. Acesso em: 28 ago. 2015.

inseridas nas diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, através de sua Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN.

Na Argentina, as políticas públicas relacionadas ao meio rural estão inseridas no Ministério de Agricultura, Ganaderia y Pesca de la Nación (MAGyP). Criado em 2009, no governo da presidenta Cristina Kirchner, este ministério é responsável tanto pelas políticas do agronegócio como para a agricultura familiar. Dentro de sua estrutura organizativa estão conformadas a Secretaria de Agricultura Familiar; Secretaria de Agricultura, Ganadería y Pesca; Secretaría Política Institucional y Emergencia Agropecuária; e Secretaría de Desarrollo Rural.

Organograma 01: Estrutura organizacional.



Fonte: Ministerio de Agricultura Ganaderia y Pesca (2015).

No âmbito do MAGyP, a SAF é a secretaria responsável pelas políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural da Argentina. Em sua organização fazem parte a Subsecretaría de Fortalecimiento Institucional, Subsecretaría de Ejecución de Programas para la A.F., Jefatura de Gabinete, Delegaciones, e o setor de Registro Nacional de la Agricultura Familiar (RENAF).

São objetivos da SAF: Integrar o setor da Agricultura familiar na estrutura de funcionamento do Estado; Criar as condições necessárias para garantir a Soberania Alimentar desde o aporte da Agricultura Familiar; Integrar a instância de comercialização aos sistemas produtivos da Agricultura Familiar; Propiciar melhorias na qualidade de vida dos agricultores familiares, o enraizamento rural e o cuidado do meio ambiente; e Visibilizar o setor da Agricultura Familiar como ator principal das cadeias produtivas que contribuem para a Soberania Alimentar.

Algumas ações que contribuem à promoção da soberania alimentar e nutricional na Argentina são também desenvolvidas no âmbito do *Ministerio de Desarrollo Social* e acontecem por meio de diversas iniciativas que envolvem, inclusive, as CTDs, beneficiando, deste modo, pessoas em situação de desnutrição, a exemplo de habitantes das zonas periféricas das cidades. Essas ações fazem parte do eixo Família argentina e contemplam os programas: Educación alimentaria nutricional, Pro huerta, Abordaje comunitario e Familias y nutrición⁵.

Diante da realidade observada ao longo das visitas de campo feitas pela autora, no período de 30 de junho a 18 de julho de 2015 e das declarações dos técnicos do governo (SAF em Santiago del Estero), professores e pesquisadores das questões ligas à agricultura familiar, bem como de lideranças dos movimentos sociais do campo, ao longo das atividades integrantes do intercâmbio ressalta-se que o trabalho do Estado argentino para a agricultura familiar todavia é incipiente, visto como muito mais baixa em relação ao desenvolvido pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, considera-se que a Argentina ainda está muito “atrás do Brasil”, uma das razões citadas foi a questão do crédito para a agricultura familiar, problema ainda não resolvido; bem como a inexistência de programas de compras governamentais a exemplo do PAA e do PNAE e a questão da reforma agrária. Foi enfatizado ainda que na Argentina não existe um movimento social da envergadura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, sendo o MOCASE a organização considerada mais representativa do país. Não existe uma luta pela ocupação da terra como no Brasil, mas sim de resistência pela permanência na terra e a luta pela titulação da terra por parte dos camponeses.

Para alguns técnicos do governo argentino, a visão do Estado ainda é uma visão assistencialista. A população camponesa é vista como um setor pobre que necessita de ajuda e não como setor produtivo, pelo Estado, enquanto que a produção de alimentos se concentra nas mãos de 04 ou 05 empresas, grupos concentrados (análises a partir de declarações feitas por técnicos da SAF em Santiago del Estero). Nesse sentido, e com base na CEPAL (2014, p. 69), “en términos concretos, en la planificación de la política sectorial agropecuaria, la agricultura familiar continúa siendo una cuestión marginal.”

A produção da agricultura familiar na Argentina tem destaque para a produção de verduras e frutas, desenvolvida através das comunidades bolivianas. São os chamados cinturões verdes que, em geral, se concentram em La Plata e em Buenos Aires, não se tratando, portanto, de produção agroecológica. “Produção agroecológica ainda é uma produção dos pobres para o consumo dos ricos. E não estamos de acordo com isso” (fala de um dos técnicos da SAF em Santiago del Estero).

⁵ Seguridad alimentaria. Disponível em: <http://www.desarrollosocial.gob.ar/pnsa>. Acesso em: 26 ago. 2015.

Quanto à questão do uso da agroecologia como Mariz tecnológica para a agricultura familiar no país, notou-se que esse é um tema controverso por parte dos técnicos do Estado. Para alguns, “produzir de forma ecológica é mais caro. Isso implica na perda de competitividade e pode fazer desaparecer a agricultura familiar” (declarações feitas por técnico do governo argentino na reunião com a SAF em Santiago del Estero). Contudo, defende-se que é preciso recuperar a capacidade de gerar tecnologias próprias adaptáveis à agricultura familiar de cada país, uma vez que o setor agroexportador já tem seu sistema próprio (privado) de geração de tecnologia.

Na Argentina, os problemas de infraestrutura (acesso à água potável, energia elétrica, saneamento básico, habitação), vividos pela maioria das famílias camponesas, nos faz compreender que o problema da pobreza rural e o acesso às políticas públicas é um tema que ainda precisa ser fortemente trabalhado pelos governos latino-americanos, embora se tenha alcançado importantes conquistas na atualidade. Para a Deputada Orfelina Santucho, liderança representante do “Mocase-histórico”, um dos maiores problemas da agricultura familiar em seu país, depois da usurpação das terras pelos produtores de soja, é a existência de alguns projetos governamentais, planejados por técnicos do Estado, sem necessariamente partir das reais demandas dos agricultores-camponeses e, por isso, muitas vezes fracassados (citando o exemplo da apicultura), além de problemas de comercialização. Nesse sentido, a mesma citou a questão dos produtores de caprinos que, por falta de políticas de incentivo à comercialização, enfrentam problemas de superlotação dos rebanhos, sendo submetidos, muitas vezes, à comercialização no mercado clandestino de carnes, sofrendo sérios prejuízos. Para ela, a realização de feiras de agricultura familiar, apoiadas pelo Estado, são ações muito necessárias, uma alternativa de articulação para acesso aos mercados. Diante disso, observa-se que no Brasil, a existência dos programas de Compras Governamentais criado pelo governo brasileiro - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - é outro aspecto importante da política pública direcionada ao desenvolvimento da agricultura familiar, com relação à Argentina, uma vez que o país ainda não possui esta política. Estes programas são, também, o resultado das mobilizações sociais, das demandas dos agricultores familiares brasileiros por acesso às políticas públicas de garantia de preço e renda, e ampliação do mercado de comercialização para seus produtos.

O PAA é um instrumento de política pública, instituído com base no artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessários às populações em situação de

insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar⁶.

Em relação ao tema do Desenvolvimento Territorial, notou-se que na Argentina, atualmente, existe uma forte influência dos pensadores brasileiros, sendo citado como exemplo Bernardo Mançano Fernandes (UNESP). Em uma das análises feitas a partir das discussões entre o grupo de técnicos da SAF/ Santiago del Estero, foi dito que o país está dando passos com o enfoque territorial com os teóricos que falam dos novos conceitos da geografia social e do papel que desempenha o capital social na construção do desenvolvimento rural, ou seja, existe uma evolução do pensamento, sendo que o conceito de desenvolvimento rural vem variando o enfoque, se desvinculando de visões ligadas a organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Como resultado disso, o Estado começa a mudar também o enfoque da extensão rural, sendo citado o exemplo do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA). Contudo, admite-se que esse processo, todavia não foi consolidado, encontrando-se em fase de transição.

O INTA é um organismo estatal descentralizado, com autarquia operativa e financeira, vinculado ao Ministério de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación, criado em 1956. Desde então, desenvolve ações de investigação e inovação tecnológica, voltadas à melhoria da competitividade e o desenvolvimento rural sustentável do país. Em seus projetos, trabalha com produção agroecológica, tendo como referência o Projeto Pro Huerta. Esse projeto de políticas públicas visa a promoção das práticas de produção agroecológica para o auto abastecimento, a educação alimentar, a promoção de feiras e mercados alternativos, voltados à inclusão de famílias produtoras⁷.

Em relação ao trabalho de assistência técnica, a SAF possui equipes de campo formadas por agrônomos, sociólogos, conciliadores sociais. Essa interdisciplinaridade é considerada um elemento novo. Antes, a extensão rural era uma tarefa exclusiva do agrônomo e, na opinião do coletivo, isso tem a ver com o novo enfoque dado à extensão rural. Conforme declarações de Silvina Juarez, socióloga da SAF (2015),

Há quatro anos, aproximadamente, trabalhamos de forma contínua com os técnicos do INTA. De uma ou outra forma, dividimos espaços socioterritoriais, o que faz com que busquemos em conjunto estratégias de trabalho que beneficiem o desenvolvimento rural do local (especialmente políticas públicas, destinadas aos pequenos produtores). Por exemplo, juntos incentivamos a soberania alimentar da população, através das hortas familiares. Isto implica que devemos buscar tudo, as atividades que fomentem esta soberania alimentar, por meio de capacitações, montagem das hortas, comercialização de excedentes, visitas, etc.

⁶ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/gestor/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> 3 Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Acesso: 25 ago. 2015.

⁷ Qué es el INTA? Disponível em: <http://inta.gov.ar/sobre-el-inta/que-es-el-inta>. Acesso em 25 ago. 2015.

Outro ponto destacado como avanço foi o diálogo permanente, existente entre o governo e as organizações sociais do campo. Assim, o FONAF, entidade de âmbito nacional, que reúne cerca de 100 organizações sociais e os FOPAFs (instâncias de nível provincial), é visto como espaço importante de discussão das políticas públicas para a agricultura familiar. Desse processo é que nasce a Lei Nacional 27.118, de Reparação Histórica da Agricultura Familiar.

Contribuições do MOCASE-VC ao debate acerca da Soberania e segurança alimentar na Argentina

A vivência junto ao MOCASE-VC teve como objetivo favorecer a ampliação do olhar para as questões agrárias, da luta dos trabalhadores no continente latino-americano, numa maior e melhor compreensão da dinâmica e papel das organizações sociais do campo, na efetivação de outro projeto de civilização e de desenvolvimento para o continente, uma vez que “no mundo globalizado, a luta internacionalista é chave para mudar o mundo” (ANGEL STRAPAZZON)⁸.

Em sua estratégia de luta, o MOCASE-VC, em conjunto com as organizações que fazem parte do Movimento Nacional Campesino Indígena da Argentina (MNCI), luta por fazer realidade a Soberania Alimentar de seus povos. A atuação do movimento baseia-se em princípios como a preservação das sementes originárias, valorização das mulheres como guardiãs das sementes, no cuidado com os bosques, as águas e a biodiversidade. Ademais, busca-se ainda a recuperação da capacidade produtiva dos trabalhadores do campo e da cidade, com promoção de feiras, luta por preços justos e fortalecimento da economia solidária. Nessa perspectiva, a soberania alimentar é vista como um processo de retorno à Mãe Terra e de solidariedade com os trabalhadores do campo e da cidade.

O processo de luta e resistência do Movimento vai de encontro aos projetos responsáveis por destruir a produção de alimentos de base campesina, na transformação do alimento como mercadoria das companhias multinacionais. Assim, o modelo capitalista do agronegócio é considerado o principal responsável pela fome no mundo, por promover a degradação dos solos, a destruição dos bens naturais, a contaminação das águas, a má qualidade dos alimentos, o aumento do desemprego e o enriquecimento de uns poucos.

Para as organizações do MNCI, a agricultura campesina é considerada a única alternativa para superar a fome e visualizar outro modo de viver, “o bem viver”. A soberania alimentar representa a esperança, o poder de recuperação e de desenvolvimento do conhecimento e da capacidade para produzir alimentos baseados na cooperação, na

⁸ Fala extraída de entrevista concedida pelo representante do MOCASE - VC, MOCASE-VC, Ángel Egidio Strapazzon, à autora e à Jaqueline Tort, aluna da UNSE, dia 09/07/2015, na comunidade de UNICAM Suri em Ojo de Água.

integração e diálogo com a natureza. Nessa perspectiva, a soberania alimentar é entendida como uma direção, um caminho, uma ideia muito poderosa. Esse tema, por sua relevância, atualmente faz parte das agendas dos governos latino-americanos e inclusive nos governos dos estados que participam da FAO.

Para o representante do MOCASE - VC, Ángel Strapazzon, a importância da soberania alimentar também tem a ver com a perspectiva da reforma agrária nos países latino-americanos e, para isso, aponta a necessidade de acumulação de poder popular, frente de massa e correlação de forças; construir processos de conscientização das massas urbanas e rurais; investir na formação de líderes populares, bem como, apoiar ou integrar forma de governos transformadores e revolucionários. Para isso, “é preciso trabalhar a consciência, a mudança de paradigma, a mudança de que necessitam os seres humanos”. Logo, “as escolas populares, a formação, a educação popular é chave”, conclui Strapazzon⁹.

Como forma de vencer a pobreza e a desigualdades, o MOCASE -VC defende a ideia da economia popular e solidária; que os governos devem criar secretarias de economia popular e solidária. A organização política do MOCASE -VC se dá através das centrais camponesas que funcionam em forma de cooperativas ou associações. Elas estão formadas pelos setores de Comunicação, Produção, Formação, Saúde e Território.

Através do Mecanismo de la Sociedad Civil (MSC), o MOCASE - VC, juntamente com outros movimentos sociais, participa do Consejo de Seguridad Alimentária de los Estados (CSA), junto a FAO, onde se discute temas como direito à terra, à água por parte dos pequenos pescadores, direitos dos povos indígenas. A participação da sociedade civil nesse espaço de debate, antes reservado exclusivamente aos Estados, é vista como uma importante conquista dos movimentos sociais por soberania alimentar.

A trajetória do MOCASE - VC chama atenção pela luta e resistência dos camponeses na defesa e permanência em seus territórios, e em favor da construção contra hegemônica do desenvolvimento no território camponês. Este processo se inicia primeiramente contra as “topadoras” e o regime escravo da companhia inglesa La Forestal. Na atualidade, é contra a voracidade e a prepotência dos “sojeros”. Outro destaque é o trabalho com o Sistemas Universitários Rurais Indocamponeses e a criação de Escolas de Agroecologia (UNICAM – SURI) (Santiago del Estero, dentre outras), cujo modelo institucional educativo se embasa nos princípios da educação popular, proposto por Paulo Freire e reúne em sua proposta político- pedagógica os temas da Agroecologia, Direitos humanos e território, Comunicação popular e Música popular.

⁹ Entrevista concedida à autora e à Jaqueline Tort, aluna da UNSE, dia 09/07/2015, na comunidade de UNICAM Suri em Ojo de Agua.

O papel estratégico da Universidade para o fortalecimento das políticas de soberania alimentar e nutricional na Argentina: a experiência da UNLP

Construída no contexto da crise econômica vivida pelo país, a Cátedra Livre de Soberania Alimentar (CLSA) da Universidade Nacional de La Plata, Argentina, nasce em 2003 e trata-se de um espaço de formação transdisciplinar que promove a articulação teórica e prática através de atividades docentes, de extensão e investigação, com ênfase nas experiências dos sujeitos sociais que trabalham em favor da Soberania Alimentar. Fazem parte da CLSA/UNLP as Faculdades de Facultad de Humanidades y ciencias de la Educación; Facultad de Ciencias Naturales; Facultad de Ciencias Exactas; Facultad de Agronomía; Facultad de Periodismo y Comunicación Social; Facultad de Trabajo Social.

Através das Cátedras Livres, a UNLP busca a promoção de áreas da cultura e do saber ainda não abordadas pelos programas universitários convencionais. Deste modo, um dos objetivos da CLSA - UNLP é o de introduzir a proposta da Soberania Alimentar na Universidade Pública. Com isso, busca-se impulsionar a formação teórico-prática sobre a questão da Soberania Alimentar, envolvendo a participação de grupos comunitários, movimentos sociais, cooperativas, pequenos e médios produtores agropecuários e de alimentos; estudantes, docentes, investigadores; organizações não governamentais e instituições do Estado, com foco na agricultura familiar e campesina; a produção agroecológica e a pesca artesanal.

A CLSA - UNLP está integrada à Cátedra Latinoamericana de Soberania Alimentaria Red de Cátedras Libres de Soberania Alimentaria e a coletivos afins a nível nacional e regional. Também tem participação no âmbito do assessoramento em matéria legislativa, propostas na Plataforma de Soberania Ambiental para a província de Buenos Aires.

Em visita aos projetos desenvolvidos pela CLSA - UNLP, na Horta Santa Helena (COCITRA-CLOC-LA VÍA CAMPESINA), situado no Parque Pereyra e nos demais bairros atendidos pelas ações da cátedra, observou-se a existência de uma forte preocupação e comprometimento da UNLP em integrar seus alunos nas discussões críticas em atividades práticas de trabalho de campo, relacionadas ao tema da Soberania Alimentar.

No Parque Pereyra, como nas CTDs Anibal Verón dos Bairros Futuro e Los Hornos (região periférica da cidade de La Plata), integrados em equipes de trabalho coordenadas por seus respectivos professores, os alunos são estimulados todo o tempo a fazer a junção entre teoria e prática, na busca de respostas, alternativas para problemas apresentados, o que dá aos mesmos uma maior criticidade e os auxilia na formação de sujeitos de transformação. No referido Parque a CLSA - UNLP desenvolve práticas de produção de alimento através da agroecologia como matriz tecnológica e se pretende, a partir da experiência desenvolvida na propriedade de uma das famílias habitantes do local, estender

a proposta às demais famílias que habitam o local. Trata-se de uma reserva florestal formada por 1.200 ha de terras, de propriedade do Estado (decreto de expropriação data do ano 1949), onde vivem pequenos produtores familiares. Por meio da CLSA - UNLP está em discussão a criação de uma lei para que toda a produção do parque seja agroecológica.

Em Los Hornos, Futuro e no Bairro Arturo Segui, bairros habitados, em geral, por pessoas bolivianas e paraguaias de origem campesina, as ações da Cátedra envolvem um trabalho de educação popular e de soberania alimentar que chama muito a atenção. As populações habitantes dos bairros referidos enfrentam sérios problemas de habitação, saneamento básico, educação, desemprego. Nestes bairros, a cátedra, através da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, executa desde 2001, o projeto de Extensão Universitária “Alfabetização, educação e promoção de direitos”. Este projeto trabalha de forma interdisciplinar onde, por meio de oficinas, são realizadas atividades em conjunto com a Coordenadoria de Trabalhadores Desocupados Anibal Verón (CTDs - AV) que são organizações cooperativas, formadas por trabalhadores desempregados. Conforme sinaliza Torres (2009), as CTDs são organizações criadas em princípio da década de noventa, no contexto de crescente processo de marginalização e exclusão social, decorrente da crise econômica estrutural vivida na época pelo país. A propósito, esta organização configura-se como um dos movimentos de desocupados mais antigos da Argentina, “que arrastra una interesante historia y recorrido de construcción, a la vez que ha asumido un lugar dentro del sector de los “duros” del movimiento piquetero” (TORRES, 2009, p. 281).

Nas CTDs - AV os participantes recebem aulas de alfabetização, por meio do programa “Yo sí puedo”, e discutem temas acerca dos direitos sociais e humanos, desde uma concepção democrática e inclusiva. Nestes espaços, os cooperados estão divididos em grupos de trabalhos distribuídos em atividades como: “veredas” (limpeza de ruas); fábricas de bloco; “quintais” (produção agroecológica de hortaliças); e serviços de preparação e distribuição de refeições dos restaurantes populares. As CTDs - AV são organizações apoiadas pelo governo de Cristina Kirchner que, além de remunerar os trabalhadores, subsidia a compra da produção de hortaliças destinada aos restaurantes populares.

Na conclusão deste artigo, fomos informados de diversas perdas com referência às políticas de fortalecimento da soberania e segurança alimentar e da agricultura familiar camponesa, já em curso, tanto no Brasil como na Argentina. Tais perdas resultam da eleição do governo Macri na Argentina (eleições de 22/11/2015), um representante legítimo da direita e dos interesses do capital estrangeiro, da política de livre mercado e do golpe de Estado em curso no Brasil, desde maio de 2016, contra o governo da presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, veem-se atingidas as políticas sociais de inclusão da classe trabalhadora da cidade e do campo, implementadas pelos governos do Partido dos

Trabalhadores (PT) (Lula e Dilma), através dos quais o Brasil ganha visibilidade no cenário regional, contribuindo para a configuração de uma nova política de integração dos países latino-americanos e da sua soberania.

Conforme afirma Cárdenas (2016, p. 92),

Lo que hoy sucede en Brasil, no es sino la continuación de un proceso de sometimiento de los países de nuestra región, que puede observarse ya en el reciente caso de Argentina, donde con el ascenso al poder de Mauricio Macri, se ha impuesto una violenta política contra los sectores populares y por la anulación de los derechos sociales.

Como se observa em suas decisões, o novo governo Michel Temer, que assume o poder após o impeachment de Dilma Rousseff, deixa clara a intenção de reinstalar no país políticas econômicas neoliberais de redução dos investimentos sociais, de privatização e entrega das riquezas nacionais ao capital empresarial. Nesse sentido, Stédile (2016, p. 128), defende que:

Las medidas anunciadas o ya tomadas por el gobierno golpista son una tragedia para la vida y el futuro del pueblo brasileño. Pero son coherentes con su plan neo-liberal de reducir costos del trabajo, entregar nuestras riquezas, privatizar lo que pueden y destinar los recursos públicos que iban a la educación, salud y previsión social para los empresarios.

Como exemplo desse retrocesso em curso, destacamos a reforma ministerial que levou à fusão e extinção de pastas como os ministérios das Mulheres, Juventude, Igualdade Racial, Direitos Humanos e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁰. Como sublinha Stédile (2016) o fechamento do MDA e, conseqüentemente, dos programas que atendiam diretamente a agricultura familiar camponesa, e os pobres do campo, deixa claro quais são os interesses do governo golpista e qual é a sua forma de atuar.

Na análise de Descamps e Bouafia (2016, 137),

La toma del poder por las derechas en Brasil, sin lugar a dudas va a cambiar radicalmente el panorama político, económico y geopolítico de América Latina. En efecto, Brasil, desde el 2002, ha orientado de manera importante su política regional y ha reforzado sus alianzas con los demás países de izquierda de la región y más particularmente con Venezuela y Argentina.

Na Argentina, por sua vez, os ataques às políticas de fortalecimento da agricultura familiar e da soberania alimentar pelo atual governo do presidente Macri, dentre outras formas, manifesta-se por meio de medidas favoráveis ao modelo agrícola industrial do agronegócio, onde o ministério de Agricultura, Ganaderia y Pesca passa a chamar-se de

¹⁰ O Desenvolvimento Agrário era um ministério autônomo até a entrada de Temer, que fundiu os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso: 26 jun. 2016.

Ministério de Agroindústria¹¹. Ao assumir o poder, Macri quis dissolver a SAF, o que desencadeou muita luta e ajuizamento de ação contra seu governo, seguida posteriormente, da manutenção da referida secretaria. Apesar disso, essa não significa a garantia de manutenção das políticas públicas, conquistadas pelos trabalhadores, ao longo do governo da presidente Cristina Kirchner, onde se tem como exemplo a retirada de apoio a iniciativas oriundas dos movimentos sociais populares, ação que já atinge as CTDs - AV¹². Diante disso, e com base em Descamps e Bouafia (2016, 138), podemos afirmar que:

Hoy día, América Latina se encuentra pues en una encrucijada. El continente vive fuertes convulsiones económicas y políticas y nadie sabe lo que va a pasar en los meses por venir. Pero no cabe duda de que Washington no va a pararse en tan buen camino. La Casa Blanca está más que nunca determinada en acabar de una vez con las revoluciones que a su parecer ya duraron demasiado. La reconquista de su hegemonía continental está definitivamente en marcha y sólo la resistencia encarnizada de los pueblos podrá frenar las ambiciones imperialistas en la región.

Conclusões

Diante do atual contexto de agravamento dos problemas ambientais e da pobreza, provocados pelo avanço da agricultura capitalista no campo, é urgente a necessidade de se construir alternativas que busquem fortalecer iniciativas que apontam caminhos para outra lógica societária e produtiva. Nessa perspectiva, entende-se que o debate do tema da soberania alimentar é de grande relevância para a sociedade e sua ampliação depende de um conjunto de ações envolvendo as diversas instâncias político-organizativas, como movimentos sociais, centros de formação acadêmica e setores governamentais.

Desde o âmbito acadêmico, o trabalho de pesquisa e extensão deve se somar às iniciativas sociais populares que contribuam para os processos de desenvolvimento territorial camponês. Nesse sentido, deve viabilizar coletivos de análises e discussões de políticas públicas de soberania alimentar e o papel que cumpre a agricultura familiar, desde uma perspectiva popular, democrática e sócio-transformadora.

A questão da soberania e segurança alimentar na América Latina, sem dúvida, é chave na construção de processos libertadores para o continente. Logo, defender as políticas públicas para a agricultura familiar camponesa, conquistadas pela força da organização dos movimentos sociais do campo, tanto no Brasil como na Argentina, é extremamente necessária à soberania e desenvolvimento do continente Latino Americano; uma questão crucial e desafiadora no contexto de retomada das forças conservadoras, ao

¹¹ Disponível em: <http://www.agroindustria.gob.ar/sitio/>. Acesso em: 22 jun.2015.

¹² Informação acessada através de comunicação com o Professor Federico Lopardo, UNLP e funcionário do Ministério da Agricultura, na Argentina, em 22 de junho de 2016, por meio digital.

centro dos governos do Brasil, pós-impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e de eleição do presidente Mauricio Macri na Argentina.

Como aborda Fernandes (2015), a questão da soberania alimentar é um tema que não interessa aos governos conservadores/antidemocráticos, pois estão comprometidos com os interesses do grande capital, das corporações nacionais e transnacionais, mercadoras de alimentos. Assim, seus interesses estão acima dos interesses da sociedade, não sendo a agricultura familiar camponesa pauta de discussão à política do desenvolvimento territorial, mas sim o agronegócio e a sua produção de commodities.

Nesse sentido, a soberania alimentar, como território do campesinato, constituída na luta por políticas públicas e na discussão democrática dos povos do campo sobre o direito de escolha do quê produzir e como produzir, seguirá sendo uma forte bandeira de luta para o continente, questão desafiadora contra o retrocesso e em favor da soberania e emancipação dos povos. Para tanto, será na rua onde o povo latino-americano terá que lutar frente a nova ofensiva do capital. “En las calles será donde los movimientos sociales, los estudiantes, los trabajadores, los pobres tendrán que luchar para preservar sus derechos sociales y políticos” Descamps e Bouafia (2016, p. 136).

Referências

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, ano 15, edição especial - agosto de 2012. São Paulo: FCT/UNESP.

BATISTA, Â. F. **Consciência e territorialização contra-hegemônica**: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

CÁRDENAS, I. Un zarpazo más del império. In GENTILI, P; MARÍA, V. S; TROTTA, N. (Organizadores). **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

DESCAMPS, E; BOUAFIA, T. Crónica de un golpe anunciado. In GENTILI, P; MARÍA, V. S; TROTTA, N. (Organizadores). **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

FAO. **Agricultura Familiar en América Latina**: Recomendaciones de Política. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura Santiago, Chile, 2014.

FERNANDES, B.M. Soberanía Alimentar como Território. In. VIDOTTE, B.T.; SCHWENDLER, S.F. (Organizadoras). **Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

JARA, C. **Procesos enmarcadores, demandas y escalas de las luchas agrarias: La resistencia del Movimiento Campesino de Santiago del Estero frente al acaparamiento mundial de tierras (2008-2012)**. 2014. Tese (Doutorado em Humanidade) - UNT San Miguel de Tucumán.

PAZ, R., DE DIOS, R. y GUTIÉRREZ, M. **La Agricultura Familiar en Santiago del Estero**. Cuantificación y análisis a partir de los datos del Registro Nacional de la Agricultura Familiar. Ed. MAGNA. Tucumán, 2014.

SABOURIN, E., SAMPER, M., y SOTOMAYOR, O. **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe Balance, desafíos y perspectivas**. CEPAL - Colección Documentos de Proyecto. Naciones Unidas, Santiago de Chile, 2014.

STEDILE, J.P; CARVALHO, H.M de. Soberania Alimentar. In CALDARTE, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTO, G. (organizadores). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, J. P. Los golpistas mostraron a qué vinieron. In GENTILI, P; MARÍA, V. S; TROTTA, N. (Organizadores). **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa**. Buenos Aires: CLACSO; Buenos Aires: Fundación Octubre; Buenos Aires: UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In PAULINO, E. & FABRINI, J. E. (organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TORRES, F. **Entre la Identidad y La Política: La CTD-Aníbal Verón**. Andamios - Volume 5, número 10, abril, 29, pp. 279-308. Ano: 2009.

Recebido para publicação em 04 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 23 de setembro de 2016.

Aceito para a publicação em 24 de outubro de 2016.